

O espaço na produção de discursos a respeito da História da África*

*Ana Mônica H. Lopes***

Resumo. O presente artigo propõe uma reflexão sobre a definição de espaço considerando as categorias vestígio, dado e evidência. Foram escolhidos discursos produzidos sobre a Ata da Conferência de Berlim (1884-85) e sobre as revoltas ocorridas no Norte da África (2010-12) – identificados como Primavera dos Povos Árabes – para demonstrar como o uso indevido dessas categorias pode reproduzir leituras que não equacionam historicidades próprias às realidades fenômenos. Como resultante desse procedimento investigativo, observamos a consolidação de construções históricas que não iluminam o passado, nem acrescentam dados ao debate histórico contemporâneo.

Palavras-chave: Espaço; África; Historicidade.

Discourse production on the History of Africa

Abstract. Current essay analyzes spaces as categories traces, data and evidence. Discourses on the Minute of the Berlin Conference (1884-5) and Arab revolts in North Africa (2010-12), called the Spring of the Arab Peoples, were selected to show how the unduly use of these categories may reproduce readings which do not equal history to the true phenomena. As a result of such investigatory procedures, historical constructions which neither throw any light on the past nor add anything to current historical debate are consolidated.

Keywords: Space; Africa; Historicity.

* Artigo recebido em 27/02/2013. Aprovado em 29/07/2013.

** Professora do Departamento de História e do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros/NEAB da Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL. E-mail: lubango@gold.com.br

El espacio en la producción de discursos sobre la Historia de África

Resumen. El presente artículo propone una reflexión sobre la definición de espacio considerando las categorías vestigio, dato y evidencia. Fueron elegidos discursos sobre el Acta de la Conferencia de Berlín (1884-1885) y sobre las revueltas ocurridas en el norte de África (2010-2012), conocidas como Primavera de los Pueblos Árabes, para demostrar cómo el uso indebido de dichas categorías puede reproducir lecturas que no ponderan historicidades propias a las realidades fenómenos. Como resultado de este procedimiento de investigación observamos la consolidación de construcciones históricas que no iluminan el pasado ni agregan datos al debate histórico contemporáneo.

Palabras Clave: Espacio; África; Historicidade.

Introdução

Isso nada diz em relação à questão da existência ou não de vida em Marte, mas pode fazer uma grande diferença em como procuramos evidências para responder a essa pergunta (Chris McKay, do Ames Research Center da Nasa, na Califórnia).

Quando Chris Mckay afirmou que mais importante do que reconhecer determinados padrões em Marte era repensar a forma de procurar evidências, observamos uma inversão da proposta imaginativa de Hobsbawm ao questionar sobre o que um extraterrestre diria da ideia de nação quando se deparasse com o grande número de produções a respeito do tema que parecem “determinar que os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo “nação” e o vocabulário que dele deriva. O termo parece expressar algo importante nos assuntos humanos. Mas o que, exatamente?” (HOBSBAWM, 1990, p. 11). Isso se deve às possibilidades que permeiam o horizonte desconhecido em que a leitura dos vestígios produz dados e evidências “quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar,

pelo 'estabelecimento das fontes' – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras” (CERTEAU, 2006, p 83).

O espaço, portanto, é um construto histórico que define o lugar no qual estão localizadas as atividades que ao serem investigadas sob o prisma histórico são compreendidas e identificadas como processos históricos. Assim, nem o espaço nem os elementos constantes nele num período são dados postos e ontológicos. Escolher uma ou outra nomenclatura para identificar uma territorialidade significa reafirmar um sistema de referenciais que demarca uma opção teórico-metodológica e determina o objeto de pesquisa. Por sua vez, o objeto a ser pesquisado está inserido numa espacialidade a ser definida. Com isso, verifica-se que a definição do espaço compõe uma relação dialética com o objeto investigado.

Na escrita da história da África, a nomeação de territorialidades, a partir de estruturas externas, pode levar a um olhar enviesado do passado. Por esse caminho, algumas produções discursivas parecem estranhas ao continente e, em alguns casos, versam sobre a história de outros povos na África e não a respeito de processos africanos.

A construção discursiva

Na construção discursiva a respeito da organização geopolítica do continente africano, a Conferência de Berlim de 1884-85 e a respectiva *Ata* são lidas como determinantes para a constituição das atuais fronteiras. A referência às linhas retas da cartografia e a distribuição de grupos étnicos têm reafirmado a perspectiva de uma divisão pautada apenas pela iniciativa e ímpeto colonialista. Essa leitura desconsidera as formas de apropriação do espaço e as dinâmicas externas estabelecidas independentemente da presença africana, produzindo uma imagem estagnada do continente. Com isto, por exemplo, a longa história das fronteiras da Etiópia e sua porosidade perde-se

sob o peso da linha colonial.¹ Assim como na história da Namíbia esvaziou-se a dimensão do trânsito de mercadores, missões religiosas, contatos com Cape Colony e com o Sul de Angola – que escapavam a dimensão colonial – e os agenciamentos desenvolvidos entre populações nativas e estrangeiros (WALLACE, 2011).

Pensar em espaço, história e memória é navegar por percursos onde o finito nos parece tão real quanto a linha do horizonte. Cada expressão agrega *n* variáveis que nos conduzem a novas e antigas territorialidades, entre elas o espaço inaugurado ou produzido a partir da evidência. Em se tratando de história, a evidência é produzida pela investigação, organização teórica e epistemológica dos vestígios do passado. Na relação com o passado, a busca por evidências e dados algumas vezes leva o historiador a não questionar por que um elemento está disposto naquela situação. Em outras palavras, como um vestígio, produto de uma cultura – de um conjunto de relações sociais – se torna um dado capaz de responder ao presente e ser um produto do passado? Os vestígios de uma época são transformados em dados a partir do reconhecimento de sua relação com processos históricos. Ginzburg, ao discutir o paradigma indiciário, afirma que se trata da proposição de um “método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre dados marginais, considerados reveladores” (1989, p.149). Assim, a revelação de um vestígio enquanto “pista” ou dado revelador é uma ação do historiador que escolhe entre os restos do passado– testemunhos e/ou objetos resultantes da ação humana – aqueles que dialogam com seu problema histórico e se constituem enquanto dados a serem organizados de maneira a compor as evidências.

¹ O livro de Richard Pankhurs *The ethiopian borderlands: Essays in regional history from ancient times to the end 18th century* revela uma intensa movimentação social, cultura e econômica que fornece muitos dados para entendermos o atual Sudão do Sul e sua formação do que a simples explicação étnica-religiosa.

Podemos pensar que isso ocorre pela forma ou método como se procuram as evidências que compõem a argumentação no texto histórico. Pela ação desencadeadora de um processo que leva a definição de que um objeto/produto de uma época enquanto dado. Assim, um elemento x só se torna dado pela seleção do historiador que o lê enquanto vestígio e estabelece uma cadeia de relações. A relação do presente com o passado não é um dado, mas o produto da ação do historiador que ao associar diferentes elementos compõe um *corpus* documental que demarcado por opções teóricas e metodológicas constitui a evidência. Portanto, o reconhecimento e a nomeação de um espaço ou processo estão sempre associados a um sistema de referências que “não diz diretamente respeito à realidade dos fenômenos, mas às condições de possibilidade dos próprios fenômenos, e a característica das grandes teorias é a possibilidade de deduzir uma importante realidade dos fenômenos” (PETITOT, 1985, p.72).

É comum pensarmos territórios, regiões e locais a partir de pontos fixos com limites e espacialidades próprias que se definem por documentos, regras geográficas e cartográficas, acordos políticos e legislações. Quando a identidade espacial é produzida levando em conta esses parâmetros, partimos de evidências pré-estabelecidas que refletem discursividades normatizadoras às quais são agregados novos sentidos pelo historiador. Na realidade, essa operação inverte o sentido de dados e evidências deslocando o leitor/observador de lugar constituído em outro sistema de referências anteriormente elaborado. Um elemento presente em um vestígio surge como dado mediante o questionamento do historiador e a elaboração deste em informação. Ler a *Ata* da Conferência de Berlim, buscando dados para entender as fronteiras dos Estados africanos, é um pouco diferente do que pensá-la como um produto dos países europeus envolvidos na empreitada imperialista. Como bem analisa Wolfgang Döpcke

Bismarck definiu claramente no seu discurso de abertura as três metas da Conferência: a garantia de liberdade de comércio e da navegação nos rios Congo e Níger e a conclusão de um acordo sobre os critérios de futuras anexações na África. Bismarck procurou deixar claro que a Conferência não trataria de questões de soberania, isto é, da partilha territorial da África ou de reivindicações territoriais (1999, p.83).

Esta leitura parte da questão de por que a conferência foi convocada e quais os interesses impeliram os Estados europeus. Existe nesta perspectiva a inversão do pressuposto atribuído à leitura do documento. A *Ata* deixa de ser um dispositivo propulsor da definição de fronteiras em África para se tornar um acordo atenuante ou limitador de futuros conflitos na Europa.

Quando pensamos em questões relacionadas ao continente africano lidamos com a qualificação de um bem material ou imaterial que equaciona diferentes referenciais que dizem respeito às comunidades e ao encontro de culturas que levou à produção e apropriação de novos bens. A forma como os vestígios transformados em dados são operados e o sistema de referências que os constituiu vai definir as evidências que sustentam o discurso do historiador. Na determinação ou definição de um espaço histórico, em geral, o elemento normatizador acaba interferindo na sua produção. Assim, pela recorrente afirmação de que o processo colonização² teve início no século XVI estendemos metonimicamente para todos os espaços/territórios do globo a presença e interferência dos Estados europeus. No entanto, se fizermos a pergunta “o que é colonização?” ou “como ocorreu a colonização?” poderemos obter respostas diferentes que envolvem formas de agenciamento, ocupação e temporalidades diferentes. Em se tratando de África, talvez esse século demarque apenas a atividade portuguesa em algumas ilhas do Atlântico e pequenas regiões costeiras.

² Essa perspectiva em relação à África, atualmente um pouco esvaziada, pode ser lida ainda através da ênfase dada a presença portuguesa na História do continente africano ou em obras como “A enxada e a lança” de Alberto Costa e Silva (2006), em “Precolonial Black Afrika” de Cheik Anta Diop (1987) e “Angola: Cinco séculos de exploração portuguesa” de Américo Boavida (1981).

A generalização dessa data produz, por um lado, uma antiguidade³ para a hegemonia europeia e, por outro, um imobilismo quase infantil para o “africano”. Essa perspectiva alimenta a leitura dos povos bárbaros, não civilizados, que necessitavam do auxílio europeu para se desenvolverem. A importância da Europa como condutora da história é produzida pela leitura que se faz de acordos, mapas, ilustrações e reafirmada na construção discursiva, em especial na segunda metade do XIX. Essas peças recolhidas como vestígios são transformadas em “provas”, fontes que informam sobre um processo. Neste procedimento, entender por que e em que circunstâncias o objeto foi produzido, pode fazer grande diferença nas respostas encontradas.

O processo de colonização dos territórios africanos – com ocupação e intervenção na soberania local – só pode ser pensado a partir da segunda metade do século XIX com a introdução do continente na “economia-mundo”; no entanto, seu caminho foi preparado pelo “processo que começou por volta de 1750, resultando na grande empreitada europeia de colonização dos últimos decênios do século XIX” (WALLERSTEIN, 2010, p.27). A legitimidade discursiva alcançada pela hegemonia de Estados europeus sob o resto do mundo descarta algumas informações sob a premissa universalmente aceita de uma historicidade. A antiguidade da presença europeia reafirma por um lado sua supremacia e por outro um “direito adquirido”.⁴

³ Podemos ler a importância do uso da história – enquanto uma leitura do passado – como legitimadora de uma consciência social ou processo em obras como *The social function of the past* de Hobsbawm (1972) e *História e memória* de Le Goff (2003), em especial o capítulo Passado/Presente.

⁴ No prefácio da obra AFRICAN ASSOCIATION, (1788), sua publicação é justificada pela necessidade de levar ao público o conhecimento do continente africano (incluindo seu interior) e os avanços na conquista e exploração desses territórios. A princípio o interesse centrava-se em Tumbuktu e no rio Níger, mas ao longo do texto fica claro o argumento da importância da presença da europeia/civilizada naqueles territórios e a nomeação de espaços ligados a países europeus. Essa associação conhecida também como African association foi fundada em 1788.

Uma referência a essa construção da imagem de dominação é a recorrente associação da Inglaterra com o império em que o sol nunca se põe.⁵ Imagem anteriormente assumida por Filipe II que após assumir o trono português – por matrimônio – apoderou-se dos territórios portugueses na África, Ásia e América.⁶ A rigor, boa parte desses domínios era pouco mais do que vilas costeiras, mas a imagem produzida através da extensão de linhas cartográficas definidas pelo alcance marítimo de um Estado e não pela efetiva administração, produz um espectro de onipresença e onisciência. É a reafirmação de solidez e grandeza de um Estado.

O sol, a conquista do mundo ou dos planetas como sonhara Cecil Rhodes – expresso nos textos organizados por Stead (1902) – são elementos metafóricos de uma discursividade que procura qualificar a grandeza de um povo. A antiguidade desse referente pode ser pensada quando observamos que Heródoto escrevia que Xerxes havia afirmado que “a Pérsia não terá outros limites senão o céu, e o Sol não iluminará país algum que não no pertença” (2001, p. 753), mesmo sabendo que as cidades-Estado gregas venceriam as guerras médicas. Neste, como em outros contextos da obra, o uso da ideia de plenitude vem contribuir para a construção de uma imagem que pelo espelhamento faz dos gregos civilizados e superiores aos persas, assim o gigantismo da pérsia não diminui seu barbarismo (HARTOG, 1999).

⁵ Em *English Magazine* de 1922, após contabilizar o poderio do império, lê-se conclusão: "On her dominions the sun never sets; before his evening rays leave the spires of Quebec, his morning beams have shone three hours on Port Jackson, and while sinking from the waters of Lake Superior, his eye opens upon the Mouth of the Ganges. Tradução: Em seus domínios o sol nunca se põe; antes de seus raios à noite deixarem as torres de Quebec, seus feixes matinais brilhado três horas em Port Jackson, e enquanto afundava nas águas do Lake Superior, seu olho se abre sobre a foz do Ganges.

⁶ Francisco Ribeiro da Silva retoma essa perspectiva no texto de introdução ao livro Filipe II de Espanha, Rei de Portugal (2000, p. 9): “Monarca das Espanhas, o filho de Carlos V fora também senhor do mundo. De facto, o aro geográfico do seu poder, tendo como epicentro a Península Ibérica, estendia-se na Europa para além dos Pirineus e dos Alpes e abrangia vastas regiões das Américas, da África e da Ásia”.

Esse padrão discursivo torna-se interessante quando pensado como um esforço dos Estados europeus para legitimar suas ações e demonstrar sua capacidade de expansão e dominação. Estamos diante de uma história que não opera diretamente com a África, pois seu objeto são as ações europeias – nacionalismos, colonialismos e imperialismos. A África, os africanos e suas produções subjetivas surgem apenas como cenário de uma retórica. São despossuídos pela estruturação discursiva e pela premissa investigativa da ação. Trata-se de um dos prismas de uma história, nas palavras de Braudel “numa história completa do mundo há, porém, razões para desencorajar os mais intrépidos e até os mais ingênuos. É um rio sem margens, sem começo nem fim. E a comparação ainda é inadequada: a história do mundo não é um rio, são rios” (1998, p.8).

O autor parte de uma perspectiva de que existem tempos e espaços distintos que não podem ser pensados como uma organicidade fechada e um dado absoluto. A constituição de tempos e espaços passa pela escolha do historiador por um ou outro conjunto de dados e evidências. Apesar do autor não trabalhar especificamente com a definição de dado e sua relação com a construção das evidências, ao falar das opções, abordagens e elaboração dos espaços e dos tempos, em especial do *tempo mundo* associado a uma civilização e economia capitalista, somos levados por um percurso histórico que entende a espacialidade e a temporalidade dos objetos históricos como evidências construídos a partir de dados. Em outras palavras, o tempo cronológico/calendário e o espaço/geografia cartográfica são abordagens, bases escolhidas pelo pesquisador.

Nesse sentido, a escrita da história é também uma organização do tempo e do espaço e, concomitantemente, a escolha do historiador é resultante de experiências no tempo e no espaço. Não podemos pensar na produção historiográfica dissociada do lugar em que seu produtor se insere. Não nos

referimos apenas ao ofício, às escolhas teóricas e aos diálogos bibliográficos, mas a sua experiência e às expectativas depositadas desde a escolha do objeto até a construção textual. Os elementos ou referenciais constitutivos dos processos de subjetivação interferem na organização do objeto e conseqüentemente na definição e nomeação do espaço.

Isto nos coloca diante de um problema metodológico na medida em que indício e evidência parecem constituir uma mesma coisa. Para Antoine Prost, a “história deve basear-se em *evidences* extraídas dos dados (data). Em francês, os fatos são, ao mesmo tempo, dados e provas: estabelecer os fatos é extrair dos dados o que vai servir como *evidence* na argumentação” (2008, p. 258). Se a evidência é o elemento que dá “sustentação a argumentação na medida em que alimenta seu dossiê com provas, extraídas de indícios materiais [...], de testemunhos, de documentos e chega a conclusões que, habitualmente, são aceitas como exatas” (2008, p.260), então podemos inferir que o indício – dado de um documento – é a evidência (prova) de um regime de verdades.

Voltando ao problema das leituras feitas a respeito da África, tentaremos – mais como exercício do que como proposta de interpretação – pensar a *Ata* da Conferencia de Berlim como um documento que define as formas de ocupação e delimitação da atuação dos Estados signatários em relação ao continente. Essa proposta pode ser respaldada pelos artigos 34 e 35 que definem os procedimentos relativos à costa do continente africano e, que, por extensão, poderiam definir o interior. No entanto, como podemos ler abaixo, o *binterland* não é citado:

Artigo 34. - A Potência que de agora em diante tomar posse de um território nas costas do continente africano situado fora de suas possessões atuais, ou que, não os tendo tido até então, vier a adquirir algum, e no mesmo caso a Potencia que aí assumir um protetorado, fara acompanhar a Ata respectiva de uma notificação dirigida às outras Potências signatárias da presente Ata, a fim de lhes das os meios de fazer valer, se for oportuno, suas reclamações.

Artigo 35. - As Potências signatárias da presente Ata reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios ocupados por elas, nas costas do Continente africano, a existência de uma autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade do comércio e do trânsito nas condições em que for estipulada. (BRUNSCHWIG, 2004, p.90)

Nessa perspectiva, a evidência – elemento do argumento – são os artigos citados acima, mas esses também são os indícios – o documento – que confirmam os mecanismos de posse. Diante disso, o vestígio enquanto indício e evidência culminam por construir uma unidade discursiva em que a existência de um reafirma o outro, ou seja, como a *Ata* indica os mecanismos de posse dos territórios costeiros e as linhas retas das fronteiras em África escapam as noções geográficas – relevo e hidrografia – e as organizações políticas locais – reinos e grupos étnicos – houve uma definição anterior que proporcionou a divisão. A definição anterior estaria depositada na *Ata* que se torna numa mesma operação vestígio, dado e evidência.

Esse argumento quase tautológico tem sido usado na leitura histórica da organização das fronteiras africanas e na leitura sobre a importância da Conferência de Berlim. Como demonstra Henri Brunschwig, o historiador que “se coloca também no nível do acontecimento, e procura explica-lo ignorando o que se segue e o que os contemporâneos não podiam conhecer, julgam-no de outro modo. A Ata geral pode parecer a seus olhos como um esforço tanto para frear a divisão como para acelerá-la” (2004, p.114).

É interessante observar que Godfrey N. Uzoigwe aparentemente não se posiciona no período da Conferência quando desenvolve sua argumentação sobre a partilha na medida em que discute diferentes leituras sobre o tema desenvolvidas durante o século XX. No entanto, contrariamente a Brunschwig, deposita no evento e na *Ata* a concepção das “linhas da partilha definitiva”. A elaboração de seu argumento apoia-se nas definições de *hinterland* e *esfera de influência* aplicados ao artigo 34 como elementos explicativos do processo de

ocupação e delimitação das áreas não costeiras pelos Estados signatários. Em sua análise, a partilha determinou os rumos da Conferência, que determinou a *Ata*, que determinou a partilha. Neste sentido, as áreas costeiras e o livre comércio seriam apenas elementos propulsores para Conferência e não determinantes. Na citação abaixo, destacamos os elementos que produzem a relação direta entre a partilha e a Conferência.

A conferência, que, inicialmente, *não tinha por objetivo a partilha da África, terminou por distribuir territórios* e aprovar resoluções sobre a livre navegação no Níger, no Benue e seus afluentes, e ainda por estabelecer as “regras a serem observadas no futuro em matéria de ocupação de territórios nas costas africanas”. Por força do artigo 34 do Ato de Berlim, documento assinado pelos participantes da conferência, toda nação europeia que, daí em diante, tomasse posse de um território nas costas africanas ou assumisse aí um “protetorado”, deveria informá-lo aos membros signatários do Ato, para que suas pretensões fossem ratificadas. Era a *chamada doutrina das esferas de influência, à qual está ligado o absurdo conceito de hinterland. A doutrina foi interpretada da seguinte forma: a posse de uma parte do litoral acarretava a do hinterland sem limite territorial.* O artigo 35 estipulava que o ocupante de qualquer território costeiro devia estar igualmente em condições de provar que exercia “autoridade” suficiente “para fazer respeitar os direitos adquiridos e, conforme o caso, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições estabelecidas”. Era a doutrina dita de ocupação efetiva, que transformaria a conquista da África na aventura criminosa que se verá.

De fato, reconhecendo o Estado Livre do Congo, permitindo o desenrolar de negociações territoriais, [estabelecendo as regras e modalidades de apropriação “legal” do território africano, as potências europeias se arrogavam o direito de sancionar o princípio da partilha] e da conquista de um outro continente. Semelhante situação não tem precedentes na história: jamais um grupo de Estados de um continente proclamou, com tal arrogância, o direito de negociar a partilha e a ocupação de outro continente. Para a história da África, esse foi o principal resultado da conferência. Dizer, ao contrário da opinião geral, que ela não retallhou a África só é verdade no sentido mais puramente técnico. *As apropriações de territórios deram-se praticamente no quadro da conferência, e a questão das futuras apropriações foi claramente levantada na sua resolução final. De fato, em 1885, já estavam traçadas as linhas da partilha definitiva da África* (UZOIGWE, 2010, p.33).⁷

⁷ A utilização deste texto como referência foi motivada pela ampla circulação da obra História Geral da África. Os grifos inseridos servem para demarcar a inclusão de referências que não fazem parte do texto da Conferência e em itálico demarcamos os elementos que definem esse argumento como tautológico.

A África partilhada surge nesta construção discursiva como vestígio, dado e evidência dissociada dos processos históricos. Mais do que a questão passado/presente – noção cara à história – a forma como se interpreta os vestígios produz muita diferença. Definir e reunir um corpo documental é uma opção historiográfica que determina a argumentação e, por isso, cabe perguntar se o historiador escolhe as fontes em função do argumento ou faz a operação inversa? No que se refere à leitura da *Ata* nos parece que algumas vezes – como na citação acima – o documento surge para confirmar uma visão preestabelecida.

J. S. Keltie, em *The partition of Africa*, cita a importância das expressões “área de influência” e “hinterland” no processo de parcelamento do continente africano. Em seu entendimento, essas definições foram importantes na delimitação das áreas costeiras – citando o artigo 6 da *Ata* – e posteriormente nos acordos diplomáticos entre as partes envolvidas numa disputa territorial. Segundo o mesmo, a impossibilidade de uma ocupação efetiva pela imensidão dos territórios e o uso desses preceitos levou a alguns mal entendidos e negociações diretas entre as partes envolvidas, dedicando uma atenção especial às disputas entre a Alemanha e a Inglaterra (1893, p. 221-239).

Mesmo colocando esse livro sob suspeita pela sua intrínseca ligação com a Royal Geographical Society⁸ em Londres, acreditamos que ao evidenciar a dificuldade de diálogo entre os Estados europeus e seus interesses abre-se outra perspectiva. Comparando as informações desta obra com os acordos bilaterais empreendidos entre França-Portugal, Portugal-Bélgica, Alemanha-Inglaterra e Inglaterra-Portugal, os posicionamentos dos chefes de Estado africanos e os conflitos resultantes da penetração e imposição europeia,

⁸ Royal Geographical Society foi criada em 1859 substituindo e assumindo as atividades da Association of promoting the discovery of the interior partes of Africa fundada em junho de 1788. Essas sociedades desenvolviam atividades diretamente ligadas à coroa inglesa. <<http://www.rgs.org/AboutUs/History.htm>> Acessado em 20 jan. 2012.

apostamos pela leitura da *Ata* como uma proposta de intenções entre os signatários – as regras do jogo para a Europa.

Hobsbawm afirma que o espaço de tempo compreendido entre 1875 e 1914 pode ser denominado de *era dos impérios* não só pelo advento do imperialismo, mas também porque “foi provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam ‘imperadores’” (2010, p. 98). A retomada de uma fórmula arcaica estava relacionada há pelo menos três esferas: 1) a econômica pelo aumento de exportações; 2) a política pelo fortalecimento dos Estados-nacionais que receberam adesão inclusive das camadas mais descontentes de sua população e 3) a cultural com a multiplicação de imagens e reforço da perspectiva de um ocidente/Europa civilizada e desenvolvida. Neste sentido “o novo colonialismo foi um subproduto de uma era de rivalidade econômico-política entre economias nacionais concorrentes” (HOBBSAWM, 2010, p.127), que teve na disseminação das culturas metropolitanas um reforço que ainda hoje repercute nas nações africanas.

As relações de força entre Inglaterra, França e Alemanha tornaram necessária a Conferência. A corrida para a definição de “esferas de influencia” talvez seja resultante das dificuldades de ocupação proporcionadas pelos próprios africanos e pela necessidade de se posicionar frente ao outro europeu. É importante observamos que nem a *Ata* nem o princípio de esfera de influência ou o *hinterland* foram suficientes para garantir a Portugal a soberania nos territórios entre Angola e Moçambique. Em janeiro de 1890, a Coroa Inglesa enviou uma declaração de guerra a Portugal requisitando como princípio de trégua a posse daqueles territórios. Esse episódio levou Hobsbawm a concluir que a manutenção dessas colônias não foi resultado de uma diplomacia, mas da “incapacidade de seus rivais modernos chegarem a um acordo quanto à maneira exata de dividi-los entre si” (2010, p. 99).

Conferência de Berlim e sua respectiva *Ata* poderiam ser lidas como vestígios de uma economia-mundo e referenciais que compõem os dados na leitura da partilha. Num processo tão complexo não podem ser ignorados outros vestígios, como os documentos produzidos pela diplomacia internacional, as independências na América, as alterações no mundo do trabalho, a industrialização e a importância das “esferas de influência” na geopolítica global. Assim, não se trata de tecnicismo, como afirma Uzoigwe (2010), mas de pensar a África como agente dentro de um processo mais amplo que inclui a produção da *Ata*, mas não se limitou a ela.

A Conferência de Berlim e o estabelecimento das fronteiras é um exemplo mais explícito dos problemas que incidem sobre a produção de história da África, mas é possível verificar outros no que concerne a espacialidade, territorialidade e nomeação de processos. Em várias análises, observamos o continente à deriva de outras estruturas e explicações que lhe são alheias ou apenas tangenciam as questões africanas.

Recentemente, sem uma explicação muito clara, houve a definição dos levantes ocorridos no Norte da África como “Primavera Árabe”. Não eram povos árabes, nem era primavera, nem tampouco cabia uma livre associação à “Primavera de Praga”.⁹ O mesmo se processa com a definição de uma África negra ou árabe. Verifica-se uma dificuldade – se não um descaso – em lidar com as historicidades africanas e pensá-las fora do espaço-cartográfico imputando referenciais pouco elucidativos e muitas vezes advindos de construções eurocêntricas para realidades tão complexas. Neste sentido, assim como os países de língua portuguesa – entre eles o Brasil – não podem ser definidos como povos portugueses, acreditamos que as populações africanas de

⁹ No caso específico dos conflitos ocorridos entre 2011 e 2012 talvez fosse mais oportuno pensarmos como o final da influência da política instituída por Gamal Nasser na década de 1950. A realidade é que algo mudou, mas como afirma Dominique Moïse (2011) mas ainda é cedo para afirmar o quê.

língua árabe não devem ser definidas por esse princípio. Talvez, o elemento que mais aproxime as diferentes realidades daquela parte do continente seja o islamismo, mas como construir uma discursividade histórica e política “benevolente” para os povos islâmicos? Em outras palavras, como afirmar que EUA e aliados favoreceram a libertação e democratização dos povos islâmicos? O fato é que um movimento grande o suficiente para abalar diversas estruturas políticas tem sido pensado de maneira exógena, estadunidense e/ou europeizante. Pouco se falou em infortúnios próprios na produção de culturas políticas locais e/ou na similaridade que as discursividades elaboradas em tais manifestações têm com os primórdios do salafismo e/ou do wahabismo.¹⁰ Muhammad ibn abd al-Wahhab (1703-1792), considerado o precursor dos dois movimentos, retomou a prática dos salaf – companheiros do Profeta – pregando uma revitalização da fé. O salafismo, em princípio, procurava conciliar o Islã aos progressos técnicos e científicos só adquirindo um caráter mais conservador a partir da década de 1920. O wahabismo, ao contrário, tem uma origem conservadora e uma conotação fortemente política que lhe possibilitou abrigar-se na Arabia Saudita através de uma aliança político-religiosa com o clã Saud. Esta chave de leitura nos encaminha para o processo de fortalecimento de estruturas internas contrárias às governamentais, mas que necessariamente não se dividem em esquerdas ou direitas, democracias ou tirania e ditaduras, numa luta por direitos civis e políticos com correspondência aos ideais ocidentais. Os dois movimentos não formam frentes homogêneas e comportam facções que pregam um ativismo político-religioso que estão intimamente ligados aos levantes no Norte da África e às organizações mais radicais pró-islã e antiocidente.

O dado imediato – povos “árabes” submetidos a ditaduras – transforma-se em evidência para explicar os conflitos. Talvez fosse mais rico

¹⁰ Para ver sobre Salafismo (MIJER,2009; THOMAS, 2007).

pensarmos nas historicidades que levaram a adoção do islã pela população e em que medida as opções política efetivadas pelos governos locais e as relações internacionais impactaram nas formas de organização local. Este processo nos levaria a perceber outras territorialidades e deslocamentos populacionais que produziram ao longo da história agenciamentos próprios.¹¹

Constata-se uma inversão em que o espaço não é pensado em função do objeto, mas, ao contrário, o objeto enquadra-se numa territorialidade determinada *a priori*. Os elementos norteadores para a busca de evidências, ao confirmarem a utilização desses sistemas de referências, efetuam um descolamento da realidade usando um vestígio do presente para explicar ou interpretar o passado.

A valoração de um elemento externo aos processos indica a existência de uma escala que mensura informações de dados pré-fixados em detrimento daquelas que eventualmente podem ser coletadas ao longo de uma pesquisa. Essa valoração, a princípio, não se torna um problema na medida em que observamos, por exemplo, Braudel (1998) escolher o mundo de sua investigação e explicar sua opção em função do objeto.¹² O mundo investigado pelo autor é organizado segundo um sistema de referenciais bem demarcados e justificados na relação passado/presente e na definição do objeto. O problema pode surgir em obras que a definição dessas escalas ou demarcações não são tão claras, ao contrário, obedecem uma ordem normatizadora externa ao objeto. Trata como vestígio o dado construído e por vezes o transforma em evidência.

¹¹ Algumas questões a respeito do tratamento dado pela mídia foram abordadas em “The genie is out of the bottle”, Matéria exibida pela rede *Aljazeera* em 21 fev. 2011.

¹² Em sua África branca existem negros, mestiços e descendentes de árabes. O uso da terminologia pode ter ajudado a disseminar uma imagem equivocada sobre a África, mas em termos historiográficos isso não compromete sua análise.

Algumas abordagens sobre a história da África, em que vestígio e evidência se confundem, parecem estar relacionadas a dois princípios: 1) a reafirmação da discursividade nacionalista e 2) uma investigação que parte de uma cultura historiográfica europeia já sedimentada.

A primeira abordagem é também uma proposta e uma prática desenvolvida por Estados africanos que é norteadas por um projeto de nação carregado de valores a serem absorvidos pela população. Não vemos uma proposta dialógica ou mesmo performática – para lembrar Homi Bhabha. A nação – e uma nação específica – deve ser moldada, formalizada e normatizada. Essa determinante edifica o discurso pedagógico e consolida – ou deveria – o Estado-nacional a partir de estruturas ordenamento social e distribuição. Constituem-se, por esse meio, as estruturas de controle, que após algum tempo passam a pertencer aos indivíduos gerando o autocontrole (ELIAS, 1993). De acordo com o filósofo Deleuze (1991), a contemporaneidade vive a experiência de sair de uma forma de encarceramento completo para uma espécie de controle aberto e contínuo, inaugurando a sociedade disciplinar, em que as instituições formadoras e reguladoras da sociedade não necessitam mais de vigilância ou coerção, a norma estaria internalizada pelo indivíduo. Ao que podemos perceber, salvo algumas exceções, a maior parte dos países africanos não conseguiu estabelecer e estabilizar a norma produzindo o autocontrole dentro dos limites impostos pelo Estado.

A história enquanto ciência daria o respaldo a essa antiguidade necessária à pedagogia nacional. “A reivindicação de um regresso ao passado deriva de novas iniciativas: o nome Gana transfere a história de uma parte da África para outra, geograficamente afastada e historicamente diferente” (LE GOFF, 2003, p.217). Assim como o discurso etíope ao buscar um passado na Rainha de Sabá, apesar de não movimentar geograficamente a referência

histórica, produz um aspecto de continuidade e homogeneidade espaço-temporal.¹³ As duas propostas históricas pautam-se numa via nacionalista que encarna as formas modulares europeias (PARTHA, 2000, p. 221).

Mantém-se, por esse caminho, a referencialidade do discurso europeu para investigação histórica sobre a África abandonando, o que Carlos Lopes (1994) definiu como uma perspectiva endógena. Essa leitura que busca reafirmar uma forma europeia para pensar os Estados-nação africanos e, ao mesmo tempo, serve ao interesse de nacionalistas em África está diretamente ligada à manutenção de um discurso europeu a respeito do continente, mas que não se limita ao mesmo ao equacionar outras historicidades. Como afirma Carlos Lopes (1994), a reivindicação territorial da Guiné-Bissau foi “baseada, como no resto do continente, no sacrossanto princípio de respeito das fronteiras herdadas do colonialismo, instituído pela Organização de Unidade Africana (OUA). Tal princípio consolidou uma visão errada de nação e criou os problemas com que até agora a África se debate.

Por esse viés, constitui-se uma naturalização do espaço e uma investigação histórica em função de um dado prévio. Como se o lugar fosse uma categoria dada, primária e original, sem uma construção prévia. A história escrita conta, em geral, com esse dado primário fornecido pelos documentos, arquivos, museus e sedes geográficas e memoriais.¹⁴ Ao pensar um processo, por vezes passa despercebido que existe um tempo e um espaço que lhe são próprios.

Propomos aqui uma inversão da ordem ao afirmarmos que o espaço não é um dado, mas uma construção que reconhecido como uma evidência delinea o percurso da pesquisa. Existe alguma distinção entre falarmos de

¹³ Para ler sobre as continuidades e rupturas ao longo da história da Etiópia ver: (HENZE, 2001; MUNRO-HAY, 1991).

¹⁴ A expressão sede ao invés de lugar serve para reafirma a presença do historiador nessa fabricação do espaço.

Brasil e de América Portuguesa ou de Guiné-Bissau e Guiné Portuguesa, como demonstra Calos Lopes. A princípio, destitui-se uma nacionalidade e produz-se outra. Juntamente a isso, desestabiliza-se uma antiguidade nacional recheada de mitos, heróis, dores, alegrias e uma sublime e pretensa vitória de um nacional autêntico. Assim, abrimos a possibilidade de ouvirmos outros falares, de lermos outras histórias submersas pelo espaço homogêneo.

As construções europeizantes tendem a operar com a ideia de “nação imaginada” de Benedict Anderson, que têm se tornado um complicador para a maioria dos Estados africanos. Sem uma língua comum, com etnias distintas e com historicidades próprias, espaços fragmentados e temporalidades variantes, muitas vezes o que lhes é comum resume-se ao passado colonial. Diante desse contexto, torna-se complexo produzir o próprio a partir essencialmente do outro.¹⁵

Uma vez que as fronteiras foram definidas a partir da herança colonial, talvez fosse interessante pensar como a história daqueles países não se limita a essas fronteiras (CABAÇO, 2009, especialmente o cap. IV). O espaço pensado como construído e como uma opção do historiador interfere nos desdobramentos da pesquisa, assim como a escolha das fontes e a definição dos dados e evidências que sustentam a argumentação. Como demonstra Cabaço (2009), pensar o nacionalismo em Moçambique exige escapar desses limites cartográficos e pensar outras territorialidades.

Quando falamos em evidências, tal qual na cosmologia, na física quântica ou em outra ciência, o ponto de onde partimos para pensar o passado é determinante na resultante. O espaço é uma construção histórica não só no que diz respeito ao recorte do historiador como ao processo de

¹⁵ Samora Machel lutou contra o inimigo externo, nomeou o inimigo interno e deixou para os sucessores a árdua tarefa de encontrar o fraterno. O texto de Elísio Macamo (1996) ilustra a dificuldade que pensar a nação e o nacional sem cair no folclórico. Cabaço (2009) demonstra como muita lucidez as historicidades – com seus tempos e espacialidades próprias – que atravessaram a questão nacional em Moçambique.

produção que o constituiu. A distinção entre local, regional e global ou a definição de uma cartografia é constituída a partir de sistemas de referência que equacionam um determinado número de informações e as relacionam compondo uma totalidade referenciada pelas fontes e, ao mesmo tempo, ela é determinante para a coleta dos dados nas fontes.

O duplo sentido adquirido pelo espaço talvez seja uma das grandes dificuldades do historiador. Enquanto referente, ele define o local do qual se fala, em que se desenvolve o processo histórico e a partir do qual se definem as fontes. Entretanto, na qualidade de referência se torna um produto; ele é resultado das indicações das mesmas fontes e, portanto, uma escolha do historiador.

A perspectiva do historiador, por sua vez, é determinada pelo lugar que ocupa. Para Certeau, "o 'fazer história' se apoia num poder político que criou um lugar limpo (cidade, nação etc.) onde um querer pode e deve escrever (construir) um sistema (uma razão que articula práticas)" (2006, p.18). O lugar de onde fala, para quem fala e do qual fala, são produções de sentido que fazem do sujeito um agenciador - produto da ação e agente.

Esse lugar social construído por agenciamentos está vinculado, por sua vez, a conhecimentos e saberes desenvolvidos que levam em conta outras historicidades. O historiador e o lugar social que ocupa, o sistema de referências que utiliza, suas opções, a instituição a que está ligado e os pares, são indissociáveis.

Considerações finais

Assim o espaço histórico está em constante mutação: retenção, expansão e, por vezes, implosão. Partindo desse princípio em história, categorias como local e global surgem a partir de um sistema de referenciais determinados no fazer histórico e, portanto, pouco afeitas a um ponto fixo.

As sedes da memória são edificadas e os lugares fabricados, levando a uma constante mutação em que as historicidades próprias produzem delineamentos. Nas abordagens relativas à história da África, um colonialismo histórico e intelectual tem levado a produções que dizem mais do lugar social do pesquisador do que do próprio objeto.

Em se tratando de temas relativos à África, constatamos uma reafirmação de conceitos, abordagens e perspectivas europeias delineadas especialmente no século XIX. Os dois processos históricos referidos acima – a Conferência de Berlim e as insurreições no Norte da África – demonstram como historicidades africanas e processos que envolvem aquele continente e outros territórios têm leituras parciais ou inadequadas pelo olhar colonizado dos pesquisadores.

Além desse olhar condicionado, o pequeno desenvolvimento de estudos africanos dificulta a construção de um debate que desconstrua ou, pelo menos, questione as formas tradicionais baseadas em produções do período colonial. É importante lembrarmos que os povos africanos até a década de 1950 tinham sua história alinhada às leituras efetuadas nas metrópoles. Com isso, observamos que o historiador ao partir de um não dito para elaborar seus trabalhos, acaba por mitificar lugares e reafirmar sedes de memória mesmo quando pretende elaborar uma leitura diferente. Parte desse problema resulta da dificuldade em distinguir vestígios, dados e evidências na composição do *corpus* investigativo.

Referências

AFRICAN ASSOCIATION (ASSOCIATION FOR PROMOTING THE DISCOVERY OF THE INTERIOR PARTES OF AFRICA). *Proceedings of the Association for Promoting the Discovery of the Interior Partes of Africa*. Londres: Association, By Bulmer and Co., 1788.

ALJAZEERA. The genie is out of the bottle. 21 fev. 2011. <<http://www.aljazeera.com/programmes/empire/2011/02/20112211027266463.html>> Acessado: 20 fev. 2013.

BOAVIDA, A. *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CABAÇO, J. L. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

DELEUZE, G. Posdata sobre las sociedades de controle. In: FERRER, Christian. *El lenguaje literario*. Montevideo: Ed. Nordan, 1991.

DIOP, C.A. *Pre-Colonial Black Africa*. New York: Lawrence Hill Books, 1987.

DÖPCKE, W. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 42, n. 1, p. 77-109, jun. 1999.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*. V. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

GINSBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 143-179.

HENZE, P.B. *Layers of time. A history of Ethiopia*. Londres: C. Hurst & Co., 2001.

HOBSBAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo. Desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- HOBSBAWM, E. J. The social function of the past. *Past & Present*. Oxford, v. 5, maio. 1972. Disponível em: <<http://past.oxfordjournals.org/content/55/1.toc>>. Acessado: 21 fev. 2013.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era dos impérios*. 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HARTOG, F. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- HERÓDOTO. *História*. Relato clássico da guerra entre Gregos e Persas. São Paulo: Ediouro, 2001.
- KELTIE, J. S. *The partition of Africa*. London: Stanford, 1893.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- LOPES, Carlos. *Os limites históricos de uma fronteira territorial: Guiné “portuguesa” ou Guiné-Bissau*. Bissau, 1994. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/lopes94.pdf>>. Acessado: 15 dez. 2012.
- MACAMO, Elisio. *A nação moçambicana como comunidade de destino*. Bordeaux: Lusotopie, 1996. p. 355-365. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/macamo96.pdf>. Acessado: 10 dez. 2013.
- MIJER, R. *Global Salafism: Islam's New Religious Movement*. New York: Columbia University Press, 2009.
- MOISI, Dominique. An Arab Spring? *Project Syndicate*, 26 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/an-arab-spring->> Acessado: 15 dez. 2012.
- MUNRO-HAY, S. *Aksum: An African Civilisation of Late Antiquity*. London: British Library Cataloguing, 1991.
- PANKHURS, Richard. *The ethiopian borderlands: Essays in regional history from ancient times to the end 18th century*. Asmara-Eritrea: The Red Sea Presss Inc., 1997.
- PARTHA, C. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, G (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 227-247.
- PETTOT, J. Sistemas de referência. *Enciclopédia Einaudi*. v. 4. Local/Global. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993. p. 72-89.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY. *History*. Disponível em: <<http://www.rgs.org/AboutUs/History.htm>> Acessado: 12 jan. 2013.

STEAD, W.T. *The last will and testament of Cecil John Rhodes: with elucidatory notes to which are added some chapters describing the political and religious ideas of the testator*. London: Review of Reviews, 1902.

SILVA, Francisco Ribeiro da. *Filipe II e Portugal. Filipe II de Espanha, Rei de Portugal* (Colectânea de documentos filipinos guardados em Arquivos Portugueses). Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, 2000.

THOMAS, D. Le salafisme aujourd'hui: entre forme de revivalisme islamique moderne et mouvements de rupture. Texte de la 651^o conférence de l'Université de tous les savoirs donnée le 6 octobre 2007. <<http://archive.wikiwix.com/cache/?url=http://download.sfrs.fr/media-1/canalu/utls/download/pdf/061007.pdf&title=%C2%AB%C2%A0Le%20Salafisme%20aujourd%20E2%80%99hui%C2%A0%3A%20entre%20forme%20de%20revivalisme%20islamique%20moderne%20et%20mouvements%20de%20rupture%C2%A0%C2%BB>> Acessado: 20 dez. 2012.

UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOHAEM, A. A. *História Geral da África*, VII. África sob a dominação colonial: 1880–1935. Brasília: UNESCO, 2010.

WALLACE, Marion. *A History of Namibia*. Cape Town: Jacana, 2011.

WALLERSTEIN, I. A África e a economia-mundo. In: AJAYI, J. F. A. *História Geral da África*, VI. África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar. A partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Revan/Ed. UFRJ, 2008.

